

Arroz importado terá rótulo do governo e preço tabelado

Varejo **Queda de braço**

Conab terá arroz com rótulo próprio e preço tabelado; setor vê intervenção

— Produto será vendido a R\$ 8 o pacote de 2 kg, com logotipo da Companhia Nacional de Abastecimento e a inscrição: 'Arroz adquirido pelo governo federal'

MARIANA CARNEIRO
ISADORA DUARTE
BRASÍLIA

O governo trava uma queda de braço com produtores, beneficiadores e vendedores de arroz após decidir importar 1 milhão de toneladas do grão para vender diretamente em supermercados e redes de atacado de alimentos do País. A iniciativa foi tomada como resposta às inundações no Rio Grande do Sul, mas empresários e especialistas veem intervenção no mercado pelo governo federal, que passa-

rá a ter um rótulo próprio na prateleira com preço tabelado (mais informações na pág. B2).

É a primeira vez que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realiza a operação completa: da importação à distribuição. Tradicionalmente, a estatal faz recomposição de estoques públicos e regulação de preço mínimo de garantia ao produtor a partir de leilões em que vende produtos subsidiados para a indústria alimentícia.

Desta vez, além da importação, o governo venderá um produto com a sua logomarca na embalagem. O arroz importa-

do deverá ser embalado no país de origem, pelo fornecedor, com o rótulo que diz: "Arroz adquirido pelo governo federal", e com o logotipo da Conab.

Volume
Importação anunciada pelo governo equivale a 10% do consumo anual de arroz no País

O volume representa cerca de 10% do consumo anual do Brasil – estimado em 10,5 milhões de toneladas –, ou pouco

mais de dois meses da venda nos supermercados.

O produto será destinado à venda direta para mercados de vizinhança, supermercados, hipermercados, atacarejos e estabelecimentos comerciais com "ampla rede de pontos de venda nas regiões metropolitanas". Esses estabelecimentos comerciais deverão vender o arroz exclusivamente para o consumidor final ao preço de R\$ 8 o pacote de dois quilos.

Uma medida provisória editada no último dia 10 limitava a venda a pequenos estabelecimentos e uma portaria divul-

gada quatro dias depois estabelecia que esses comércios deveriam ter no máximo cinco caixas. Alertado sobre a complexidade para chegar aos mercadinhos, o governo decidiu ampliar a lista para as grandes redes, que comprarão o arroz por meio de leilões de venda organizados pela Conab.

O governo argumenta que empresários ao longo da cadeia produtiva se aproveitaram do momento de crise no Rio Grande do Sul para subir o preço do grão, o que teria sido acelerado por uma onda de fake news dando conta de uma escassez do produto – o Estado gaúcho responde por 70% do abastecimento nacional. "É legítima a preocupação dos produtores de arroz (com a importação) que não querem achatamento dos preços que a importação pode causar, mas também é legítima a posição do governo de evitar especulação", disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em audiência na Câmara, na semana passada. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** B **Página:** 1